



	30-Jun	Δ Mensal	%
EUA Spot 2	28,25 €	2,42 €	9,37%
Fut 2008	28,77 €	2,73 €	10,48%
Fut 2009	29,80 €	3,13 €	11,74%
Fut 2010	30,79 €	3,43 €	12,54%
Fut 2011	31,93 €	3,84 €	13,67%
Fut 2012	33,37 €	4,30 €	14,79%
CERs	20,90 €	3,05 €	17,09%

	30-Jun	Column2	Δ Mensal	%
UK Gas (NBP p/th)	65,10	60,10	5,00	8,32%
Carvão (API2 USD/t)	209,46	158,80	50,66	31,90%
Brent (USD/barrel)	139,83	127,78	12,05	9,43%
Crude (USD/barrel)	140,00	127,33	12,67	9,95%

Mercados de CO₂

Os mercados de carbono têm continuado a acompanhar a escalada do preço do petróleo e das outras *commodities* relacionadas, tendo o preço das Licenças de Emissão (EUAs) atingido no mês de Junho novos recordes. Com o fecho no passado dia 30 a €28.25 atingiu-se o máximo dos últimos 26 meses, uma subida de cerca de 10% em relação ao mês de Maio.

De facto, o sentimento *bullish* (e muita especulação financeira) que levou o petróleo acima dos 140 USD, transmitiu-se também ao carvão, gás natural e energia eléctrica, e em consequência a todos os activos de carbono.

Apesar de já vários analistas apontarem para preços do petróleo perto dos 200 USD, acreditamos que face à forte subida registada, estes mercados tenderão agora para estabilizar, ou mesmo para efectuar uma "necessária" correcção técnica durante as próximas semanas. (Continuação página 2)

Projectos Domésticos – Quais as limitações?

Referimos na nossa versão de Junho que foram abertas candidaturas para projectos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, a serem financiados pelo Fundo Português de Carbono. É no entanto, importante esclarecer, quais as limitações a que estão sujeitas estas candidaturas. Quais os critérios para aprovação do financiamento? Será possível a uma empresa abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) concorrer a este financiamento? (Continuação página 2)

Conferência "Portugal num Clima em Mudança"

Realizou-se no passado dia 23 de Junho de 2008 a conferência "Portugal num Clima em Mudança", no Centro de Congressos do Estoril, que marcou o começo da Iniciativa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas "...num Clima em Mudança". Esta é promovida pela Ecoprogresso em forte cooperação com o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (MAOTDR) e com a Embaixada Britânica em Lisboa. Desde a sua fundação que a Ecoprogresso tem contribuído activamente para a sensibilização e formação em matéria de alterações climáticas. (Continua na página 3)



ecotrade

Mercados de CO₂ (continuação)

O preço das CERs, créditos de carbono gerados pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e que, as empresas pertencentes ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) poderão usar para cumprimento das suas obrigações (até 10% do total da sua alocação no caso Português), tiveram uma subida de preço ainda mais acentuada do que as EUAs, atingindo os €20,90 por certificado. Este valor representa uma subida de 17% em relação a Maio. Com a emissão pelas Nações Unidas de mais de 10 milhões de CERs no mês de Junho, o mercado começa a estar cada vez mais confiante na liquidez deste activo para entrega em Dezembro de 2008. A evidência de que existem CERs suficientes tem aumentado a procura das mesmas por parte das empresas do CELE, que procuram cada vez mais capitalizar a diferença entre as CERs e as EUAs realizando o SWAP entre estes dois activos. Já no início do mês de Julho o diferencial do preço entre as licenças e os CERs estreitou de cerca de €8 para menos de €6. Esta tendência deverá continuar nos próximos meses.

Entretanto, mais um país, o Luxemburgo, disponibilizou as licenças aos seus operadores, que receberam para 2008 cerca de 2,5 milhões de EUAs nas suas contas de registo. Em Portugal, apesar dos principais passos já terem sido dados pelas autoridades competentes, continua a aguardar-se a entrada das licenças na conta dos operadores. Acreditamos que todas as condições estão reunidas e que, brevemente, as empresas portuguesas poderão também a participar activamente neste mercado.

Francisco Rosado
frosado@ecoprogresso.pt
Director

Projectos Domésticos – Quais as Limitações? (continuação)

O Fundo Português de Carbono (FPC) foi criado em 2006 para colmatar o défice de cumprimento de Portugal face ao Protocolo de Quioto (Portugal poderia aumentar as suas emissões face a 1990 em 27% - cerca de 76,39 Mt CO₂e, no entanto neste momento já se verificou um aumento de aproximadamente 40% - aproximadamente 82,7 MtCO₂e). Este Fundo foi criado tendo em conta que a redução prevista quer pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) ao nível da indústria quer pelo Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) ao nível dos outros sectores, não ser suficiente para se cumprir a meta de crescimento de 27%, permanecendo um défice de cerca de 2,88 Mt CO₂e/ano durante os 5 anos do primeiro período de cumprimento. O FPC tem previsto um capital de 350 M€ até 2012, tendo sido definida a estratégia de adquirir créditos provenientes dos Mecanismos do Protocolo de Quioto (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ou Implementação Conjunta), inclusivamente através do investimento em fundos privados de carbono (como o Luso Carbon Fund). Mais recentemente e concretamente no passado dia 3 de Junho ficou a saber-se que uma parte do capital do fundo, 30 M€, seria utilizado para o financiamento de projectos domésticos, isto é projectos desenvolvidos em Portugal que contribuam para a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Este enquadramento tem como objectivo facilitar a explicação de algumas das limitações a que estão sujeitas as candidaturas ao financiamento destes projectos – a adicionalidade face ao PNAC e ao PNALE e os critérios de elegibilidade propostos para os mesmos. Sendo o FPC um ferramenta adicional aos existentes, PNAC e CELE, faria sentido que o mesmo actuasse a níveis diferentes. Assim o que está previsto é que os projectos que se candidatem a este financiamento não estejam nem previstos no PNAC nem estejam directa ou indirectamente abrangidos pela área de actuação do CELE (emissões de CO₂ contabilizadas para efeitos de verificação). A título de exemplo, projectos de *fuel-switch*, mudança para matérias-primas menos carbonatadas (no caso das vidreiras, cal e cimenteiras) ou melhoria da eficiência energética em instalações ao abrigo do CELE, não estão elegíveis para candidatura a estes financiamentos.

Atente que, embora teoricamente possam fazer sentido estas limitações de adicionalidade ao PNAC e ao CELE, não será tão claro que na prática não fosse necessário reforçar-se o incentivo à implementação das medidas, por exemplo, já previstas no PNAC uma vez que na verdade grande parte das mesmas não está realmente a ser implementada com a eficácia desejada. Importa não esquecer que para que os projectos sejam aceites têm que obedecer a outros critérios de adicionalidade tais como: a redução das emissões não decorrer de uma obrigação legal ou regulamentar; o cenário de referência previsto não contemplar já o projecto e o apoio financeiro do FPC seja determinante para a viabilidade da implementação do projecto (caso este último critério não se verifique podem ainda ser alegadas barreiras tecnológicas).

Os projectos terão que ter uma redução de emissão de GEE equivalente igual ou superior a 5 000 t de CO₂e até 31 de Dezembro de 2012 e não podem estar já em fase de implementação antes da data de candidatura. Ficam assim bastante limitados os projectos que podem concorrer ao financiamento promovido pelo FPC, mas há ainda onde se actuar. Os projectos podem à partida recair nas seguintes categorias: substituição de combustíveis, recuperação de calor em processos industriais, redução das emissões de HFCs em sistemas de refrigeração e aquecimento, recuperação e tratamento de biogás (sem aproveitamento eléctrico), sistemas de gestão de tráfego, redução das emissões de N₂O, redução das emissões de SF₆ em redes eléctricas e florestação e reflorestação. Nas empresas abrangidas pelo CELE, qualquer projecto que actue sobre outros GEE que não o CO₂ aqui contabilizado, tais como o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O) ou os hidrofluorcarbonetos (HFCs), são perfeitamente elegíveis. Fora do CELE é necessário ter-se em conta se os projectos estão ou não previstos pelo PNAC, identificando-se à partida uma tipologia que poderá ser bastante sensível a esta questão e que é a florestação e reflorestação. Para aceder a esta linha de financiamento as candidaturas terão que ser apresentadas ao Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC) até 31 de Outubro de 2008 e caso sejam aprovadas terão que seguir um Plano de Monitorização e serem sujeitos a uma verificação anual que fará o controlo das emissões efectivamente reduzidas, as quais serão a base para o pagamento anual (€/tCO₂e reduzida).

Mais uma vez chamamos a atenção para o facto de a data limite para a entrega das candidaturas se estar a aproximar e o tempo ser escasso para todo o trabalho que será necessário desenvolver para a identificação, avaliação, desenvolvimento e candidatura do projecto.

Catarina Vazão
cvazao@ecoprogresso.pt
Consultora

Conferência “Portugal num Clima em Mudança” (continuação)

Este evento reuniu investidores, decisores e especialistas em alterações climáticas e abriu um debate que se vai prolongar até ao final de 2009 com uma série de 12 workshops temáticas (Água, Turismo, Agricultura e Floresta, Planeamento e Ordenamento do território, Energia, Saúde Humana, Desastres Naturais e Protecção Civil, Zonas Costeiras, Cooperação e Investimento Internacional, Biodiversidade, Banca e Seguros e Cenários, Impactes e Vulnerabilidades).

A Conferência teve como objectivo avaliar a capacidade dos principais sectores socioeconómicos para se adaptarem ao clima que se prevê para as próximas décadas. Sendo a primeira Conferência em Portugal especificamente dedicada à adaptação às alterações climáticas o objectivo era atingir um target de quadros médios e superiores de entidades públicas e privadas que pudessem veicular a informação dentro das respectivas instituições e nos sectores de actividade em que se movem.

A Conferência realizou-se no Centro de Congressos do Estoril e foi o 1º Green Event deste Centro devido à adopção de boas práticas operacionais durante o evento proporcionando uma actividade ambiental e socialmente mais responsável.

A abertura da Conferência contou com as presenças do Secretário de estado do Ambiente, Prof. Humberto Rosa, do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. António Capucho, do Embaixador Britânico em Lisboa, Alexander Ellis e do Presidente do Conselho de Administração da Ecoprogresso, Dr. Ricardo Moita.



Entre oradores, painel de discussão e moderadores, a conferência contou com a participação de distintos convidados tais como: Edite Estrela (Parlamento Europeu), Rosário Bento Pais (Direcção Geral de Ambiente da Comissão Europeia), Roger Street (UKCIP), Conchita Martinez (Oficina Española de Cambio Climático), Rocha Afonso (Instituto Nacional da Água), Daniela Meilmann (Prince of Wales International Business Leaders Forum), Trevor Maynard (Lloyds), Fernanda Teixeira (Cruz Vermelha de Moçambique), Carlos Carreiras (Câmara Municipal de Cascais) ou o jornalista Mário Crespo.



Portugal num Clima em Mudança

Conferência Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

Faça download de todas as apresentações no endereço: <http://www.numclimaemmudanca.pt/pt/index.html>

Maria João Ramos
mramos@ecoprogresso.pt
Departamento de Comunicação

Veja mais sobre a Ecoprogresso:

Portugal tem de se preparar para as Alterações Climáticas

http://www.clipping.mediamonitor.pt/pdfTemp/etn_5219268_1629_0.pdf

Estoril recebe primeira conferência internacional

http://www.clipping.mediamonitor.pt/mht/20080623/20080623_93325_1953_-1_5218533.mht

Clima: primeira conferência nacional tem hoje lugar

http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=114&id_news=337640&page=0

Futuro de secas e cheias

http://www.clipping.mediamonitor.pt/mht/20080624/20080624_105936_1023_-1_5223085.mht

Portugal com Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas em 2009

http://www.clipping.mediamonitor.pt/mht/20080624/20080624_104842_1307_-1_5222996.mht

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210

Para Trading de Licenças contacte:

Francisco Rosado | Director de Trading
frosado@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 212